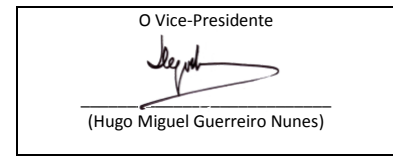




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento




CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UMA VIATURA
PESADA DE MERCADORIAS PARA RECOLHA E
TRANSPORTE DE “MOLOK’S”, EQUIPADA COM GRUA
HIDRÁULICA E COM SISTEMA DE RECOLHA E TRANSPORTE
DE CONTENTORES**

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJECTO

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **contratação do fornecimento de uma viatura pesada de mercadorias para recolha e transporte de “Molok’s”, equipada com grua hidráulica e com sistema de recolha e transporte de contentores**, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

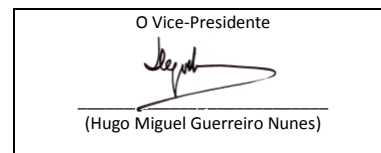
- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 3º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;
- c) Obrigação de manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
- d) Obrigação de proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão o equipamento.

ARTIGO 4º

ENTREGA DO BEM OBJECTO DO CONTRATO

- 1- A entrega do bem será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Espaço Público e de Transportes, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo indicado na proposta do adjudicatário.
- 2- O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos.
- 3- O adjudicatário obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE.
- 4- Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

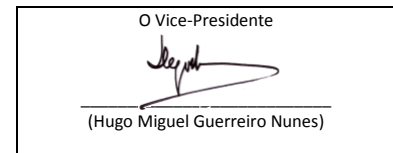
ARTIGO 5º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

- 1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2- O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

ARTIGO 6º

INSPECÇÃO E REALIZAÇÃO DE TESTES

1- Efectuada a entrega do bem objecto do contrato, a Entidade Adjudicante, procede, no prazo de 5 dias, à inspecção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- A inspecção qualitativa a que se refere o número anterior será efectuada da seguinte forma:

- Verificação das características técnicas de acordo com o exigido no Caderno de Encargos (passíveis de serem confirmadas mediante inspecção visual);
- Realização de testes que consistirão na utilização da viatura para o fim a que se destina.

ARTIGO 7º

INOOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS


1- No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2- No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3- Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes, nos termos da cláusula anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 8º

ACEITAÇÃO

1- Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de recepção, assinado pelo representante do fornecedor e da Entidade Adjudicante.

2- Com a assinatura do auto de recepção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

ARTIGO 9º

GARANTIA

1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura por um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data da assinatura do auto de recepção.

2- Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.

ARTIGO 10º

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.


ARTIGO 11º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pelo fornecimento do bem objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

ARTIGO 12º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- A quantia devida pela Entidade Adjudicante deve ser paga no prazo de 60 dias após a recepção da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados na factura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

ARTIGO 13º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1- Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar nos seguintes termos:

- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente ao bem objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4- Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega do bem se encontra cumprido na data do fornecimento, desde que se encontre em condições de ser recebido.

ARTIGO 14º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

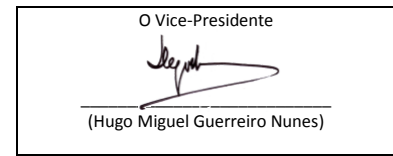
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 15º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 16º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:


- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 17º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 19º

PREÇO BASE

O preço base do procedimento é **€ 160.000,00** (cento e sessenta mil euros).

ARTIGO 20º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for inferior a **€ 120.000,00** (cento e vinte mil euros).

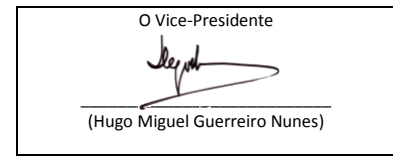
ARTIGO 21º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FORNECIMENTO DA VIATURA PESADA DE MERCADORIAS, EQUIPADA COM GRUA HIDRÁULICA E SISTEMA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE CONTENTORES AMOVÍVEIS

1. O chassis desta viatura deverá possuir as seguintes características técnicas:

1.1. CHASSIS:

- Peso bruto homologado: 26.000 Kg;
- Proteções laterais para ciclistas em ambos os lados (Pára Ciclistas);
- Tipo de tração: 6x2;
- O eixo dianteiro e o eixo intermédio (2.º eixo) serão direcionais;

1.2. MOTOR:

- Combustível: Diesel;
- Pré-filtro de combustível (ou filtro de combustível suplementar), com separador de água;
- Norma europeia: Euro VI;
- Motor equipado com turbo e intercooler;
- Cilindrada: Igual ou superior a 9.500 cm³;
- Potência máxima: Igual ou superior a 320 cv;
- Binário máximo: Igual ou superior a 1.500 Nm;

1.3. CAIXA DE VELOCIDADES E DIFERENCIAL:

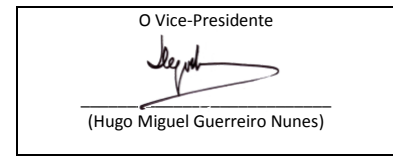
- Caixa manual de comando / gestão automático, sem pedal de embraiagem;
- A caixa de velocidades e o diferencial deverão ser adequadas ao tipo de trabalho que a viatura irá efetuar (recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos do tipo monstros/mono, com paragens e arranques frequentes);
- Tomada de força adequada à finalidade pretendida para o chassis (funcionamento do sistema de basculamento da caixa de carga e da grua hidráulica), com dispositivo / comando elétrico para ligar e desligar no interior da cabine;

1.4. SISTEMA DE TRAVÕES:

- Travões de discos e pastilhas nos três eixos;
- Indicadores / avisadores de desgaste de pastilhas;
- A viatura deverá vir equipada com os seguintes sistemas de travagens auxiliares, os quais deverão funcionar de forma combinada sempre que o pedal de travão seja acionado:
 - Travão auxiliar na válvula de escape (travão de motor);



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- Travão auxiliar no sistema de escape (travão de escape);
- Travão auxiliar do tipo “intarder”/”retarder” ou equivalente;
- Sistema anti-bloqueio (ABS);
- Sistema automática de travagem de emergência (em caso de colisão eminente);
- As pastilhas de travão deverão ser sem amianto;

1.5. SISTEMA DE SUSPENSÃO:

- Barras estabilizadoras no eixo dianteiro e traseiro;
- Suspensão pneumática nos dois eixos traseiros;

1.6. CABINE:

- Lotação: 3 lugares;
- Cor: Branca;
- Tipo: Curta, sem cama e com tejadilho baixo;
- Vidros elétricos;
- Banco do motorista com suspensão pneumática e regulável em altura e comprimento, com encosto reclinável;
- Sistema de aquecimento e ventilação;
- Ar condicionado (com compressor acionado pelo motor da viatura), com regulação automática de temperatura. A proposta deve indicar a quantidade e o tipo de gás utilizado na instalação;
- Conjunto de tapetes em borracha;
- Computador de bordo;
- Alarme sonoro de marcha atrás;
- Fecho central de portas;
- Farol rotativo de cor laranja no topo da cabina;
- Pala de sol (exterior) na dianteira da cabine.

1.7. SEGURANÇA:

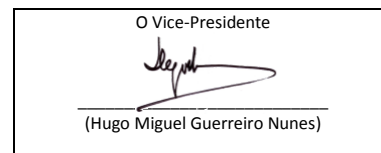
- Sistema de controlo anti-patinagem;
- Sistema de controlo eletrónico de estabilidade (ESP);
- Sistema de assistência ao condutor baseado em câmaras e/ou outros meios, que alerta o motorista quando este ultrapassa involuntariamente a marcação da faixa de rodagem;

1.8. OUTROS:

- A viatura terá uma carga útil mínima de 11.000 kgs (A carga útil será a diferença entre o peso bruto máximo da viatura e a sua tara final, depois de estar completamente carroçada e pronta a circular/operar);



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Nota: o concorrente deverá apresentar catálogos [e/ou declaração(ões)], onde conste o peso (tara) de cada equipamento, designadamente, chassis, grua hidráulica e o sistema de recolha e transporte de contentores amovíveis, assim como o peso (tara) final da viatura completamente carroçada e pronta a operar/circular.

- Secador de ar no circuito pneumático;
- Depósito de combustível com capacidade igual ou superior a 350 litros. Deverá possuir tampa com fechadura;
- Depósito de “AdBlue” com capacidade igual ou superior a 45 litros. Deverá possuir tampa com fechadura;
- Ligação de ar comprimido e respetivos acessórios para enchimento de pneus;

2. A grua hidráulica deverá possuir as seguintes características técnicas:

2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA GRUA HIDRÁULICA:

- Deverá ser fornecida com gancho equipado com dispositivo de segurança;
- Sistema de estabilização eficaz, constituída por duas sapatas extensivas hidráulicamente, situadas em ambos os lados da viatura;
- Será montada junto a cabina;
- Tipo de acionamento: com bomba hidráulica, ligada à da tomada de força da viatura;

2.2. CAPACIDADES:

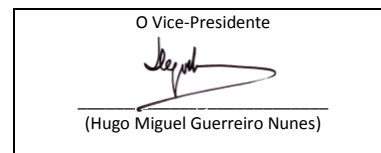
- Momento de elevação superior a 10 toneladas por metro;
- Ângulo de rotação igual ou superior a 365°;
- Alcance não inferior a 9,75 metros (extensível hidráulicamente), devendo ter uma capacidade de elevação mínima de 900 quilogramas àquela distância;

2.3. DISPOSITIVOS DE COMANDO, SEGURANÇA, AVISOS E FUNCIONAMENTO:

- Deverá possuir dois conjuntos de comandos manuais no exterior, em ambos os lados da viatura (bilateral), para operação da grua;
- Rádio de Comando para operar a grua à distância, o qual deverá ser fornecido com pelo menos duas baterias;
- Botoneiras de paragem de emergência da grua sistema, corretamente localizadas;
- Os comandos da grua deverão possuir mecanismos (hidráulicos, elétricos ou mecânicos) de acionamento e segurança, de modo a assegurar um funcionamento eficaz e em condições de segurança para o equipamento e para o operador. A qualidade e resistência dos materiais aplicados e condições de operacionalidade serão de acordo com as normas em vigor na CE;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



2.4. OUTROS:

- Contador de horas de funcionamento;

3. O sistema de recolha e transporte de contentores amovíveis deverá possuir as seguintes características técnicas:

3.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS DO EQUIPAMENTO PARA RECOLHA E TRANSPORTE DE CONTENTORES AMOVÍVEIS:

- Deverá possuir braço extensível suportando na extremidade o gancho de prender os contentores de modo a fazer todas as operações com segurança e fiabilidade;
- O gancho de prender os contentores tem que obrigatoriamente ter um dispositivo de segurança no engate e desengate dos mesmos;
- Sistema de estabilização eficaz para assegurar operações de carga e descarga de contentores em condições de segurança;
- Sistema eficaz para travamento de contentor ou compactador em transporte;
- Deverá ter robustez adequada ao serviço intenso a que vai ser sujeita pela carga, transporte e descarga de contentores, quer sejam do tipo abertos, quer sejam do tipo auto-compactadores;
- Todo o sistema deve ser equipado com dispositivos de segurança adequados a este tipo de equipamento e de acordo com normas da Comunidade Europeia;
- Todo o equipamento deverá ser dimensionado de modo a movimentar contentores (abertos ou de compactação de resíduos sólidos), de acordo com Normas DIN 14505 e DIN 30722.

3.2. CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO:

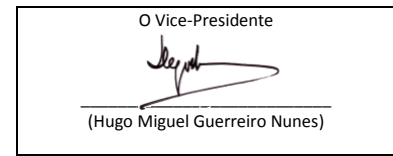
- Igual ou superior a 21.000 quilogramas;

3.3. CIRCUITO HIDRÁULICO:

- A bomba hidráulica deverá ser do tipo axial e de acoplamento direto à flange da tomada de força. Deverá ter uma capacidade de funcionamento adequada, nomeadamente caudal e pressão suficientes, para o funcionamento (em condições normais) da grua hidráulica e de uma autocompactadora de resíduos sólidos urbanos hidráulica em simultaneidade;
- Depósito de óleo hidráulico com capacidade adequado aos equipamentos a instalar (grua hidráulica, sistema de recolha e transporte de contentores e compactador);
- Filtro de alta pressão;
- Radiador de óleo hidráulico com ventilador, que será comum ao circuito hidráulico da Grua;
- Quando a tomada de força estiver accionada, esta deverá estar limitada, via sistema electrónico do motor da viatura ou por outro meio eficaz, à rotação máxima permitida pela bomba hidráulica, de modo a evitar a sua danificação por um eventual excesso de rotações;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3.4. DISPOSITIVOS DE COMANDO, SEGURANÇA, AVISOS E FUNCIONAMENTO:

- Deverá possuir um conjunto de comandos manuais no exterior, para operações de carga e descarga de contentores;
- Idem no interior da cabina;
- Botoneiras de paragem de emergência do sistema, correctamente localizadas;
- Avisador sonoro na cabina quando a tomada de força estiver em funcionamento;

3.5. DIMENSÕES:

- Deverá ser dimensionado para transportar contentores ou compactadores com as seguintes dimensões:
 - Largura: 2,50 m;
 - Comprimento: 6,50 m;
 - Altura: 2,70 m;
- O equipamento referido no ponto anterior não deverá sobressair em mais de 20cm o ponto mais à retaguarda da viatura (para-choques e/ou travessa com o sistema de iluminação traseira);

3.6. OUTROS:

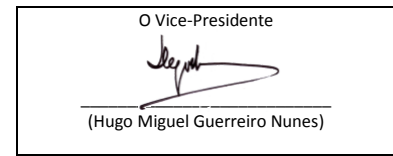
- Um farol rotativo de cor amarela, situado no tejadilho da cabine;
- Caixa de ferramentas, com as dimensões mínimas de 0,70m x 0,70m x 0,50m (Profundidade x Largura x Altura), com porta de acesso e fechadura;
- Sistema hidráulico na retaguarda da viatura, para ligação e funcionamento de autocompactor;
- Grelhas de resguardo aos faróis traseiros;
- A ligação do equipamento para recolha e transporte de contentores à viatura (chassis) deve ser feita de forma a evitar torções ou esforços suplementares nos elementos metálicos da mesma;
- Os guarda-lamas, nomeadamente os traseiros, deverão apresentar rebordo de borracha flexível, no caso de serem salientes;

4. Esta viatura deverá estar equipada com o seguinte:

- Quatro conjuntos de chaves;
- Direção Assistida;
- Limitador de velocidade, nos termos da legislação em vigor;
- Cintos de segurança em todos os lugares;
- Encostos de cabeça em todos os lugares;
- Imobilizador eletrónico do motor;
- Relógio digital;
- Coluna de direção ajustável;
- Luz avisadora de baixo nível de combustível;
- Espelhos retrovisores elétricos e aquecidos;



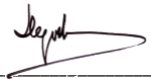
CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- Olhais de reboque à frente;
 - Olhais de reboque atrás;
 - Luzes diurnas;
 - Faróis de nevoeiro;
 - Rádio com leitor de CD's. Este rádio deverá possuir um sistema de ligação via "Bluetooth", para telemóveis (tipo kit mãos - livres);
 - Triângulo de pré – sinalização de perigo;
 - Dois coletes retrorreflectores devidamente homologado nos termos da legislação em vigor (NP EN 471);
 - Pneu sobresselente e respetivo suporte, com as ferramentas necessárias para a sua substituição, incluindo macaco para elevação de viatura;
 - Extintor da classe ABC, de 4 kgs de capacidade, devidamente afixado em local adequado no interior da cabine;
 - Tacógrafo Digital para dois motoristas, devidamente aferido e homologado;
 - Caixa de primeiros socorros;
 - Equipamento de localização e navegação compatível com o sistema utilizado pela restante frota do município. Este equipamento deverá ser acessível através do portal com endereço www.masternaut.pt;
5. A viatura deverá estar equipada, ao ser entregue, de modo a cumprir com todas as exigências para entrar de imediato em circulação e operação, designadamente condições mecânicas, documentais e autorizações legais necessárias.
6. A viatura, incluindo o chassis, grua hidráulica e o sistema de recolha e transporte de contentores amovíveis, deverá apresentar um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data de entrega da mesma. Para efeitos de garantia, não se excetuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, bombas, rádio, etc.
- 7. MANUAIS E CATÁLOGOS:**
- 7.1.** O adjudicatário obriga-se a fornecer manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou elétricos;
- 7.2.** O adjudicatário compromete-se manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

8. CERTIFICADOS A ENTREGAR APÓS ADJUDICAÇÃO:

8.1. O adjudicatário entregará um COC – Certificado de Conformidade para cada equipamento, designadamente, viatura (chassis), grua hidráulica e sistema de recolha e transporte de contentores amovíveis;

8.2. Cópia do certificado de homologação da viatura completamente carroçada;

9. PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

9.1. O adjudicatário fornecerá junto com a proposta um plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção;

10. FORMAÇÃO:

10.1. O adjudicatário compromete-se a proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão a viatura;

10.2. Juntamente com a proposta os concorrentes deverão indicar o programa de formação que se propõem organizar.